

Aprendizado de contabilidade e a percepção do conceito de lucro: um estudo exploratório

Luis Paulo Guimarães dos Santos

<https://orcid.org/0000-0001-9986-8237> | E-mail: lupa@ufba.br

Sheizi Calheira de Freitas

<https://orcid.org/0000-0002-1148-4296> | E-mail: shecal@ufba.br

José Maria Dias Filho

<https://orcid.org/0000-0003-3411-8181> | E-mail: zemariadias@uol.com.br

Resumo

Objetivo: O estudo procura verificar se a compreensão do conceito de lucro e valor manifestada pelos indivíduos está associada ao nível de aprendizado formal de contabilidade.

Método: A pesquisa consiste em um estudo de comparação de grupos, mediante o qual foram analisadas três amostras de sujeitos com diferentes níveis de aprendizado em contabilidade. Por meio de um modelo logístico, investigaram-se ainda outros fatores que podem influenciar no entendimento subjacente ao conceito de lucro.

Resultados: Os resultados sugerem que não existe relação significativa entre a compreensão do conceito de lucro e o nível de aprendizado formal de contabilidade. Entretanto, a pesquisa encontrou evidências de que o gênero pode exercer influência na maneira como o lucro é compreendido, tendo em vista que a probabilidade de adotar a concepção econômica do lucro foi maior entre as mulheres.

Contribuições: Os achados da pesquisa contribuem para a compreensão de como o processo formal de ensino está relacionado ao aprendizado de conceitos contábeis fundamentais e podem ser úteis para orientar estratégias de ensino e, até mesmo, os projetos político-pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis.

Palavras-chaves: Lucro; Aprendizado de contabilidade; Custo histórico

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Recebido em 25/11/2019. Pedido de Revisão em 30/12/2019. Resubmetido em 12/1/2020. Aceito em 20/1/2020 por Dr^a Bruna Camargos Avelino (Editora Associada) e por Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima (Editor). Publicado em 31/3/2020. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

O conceito de lucro varia entre a Economia e a Contabilidade, fazendo com que sua compreensão possa diferir entre os indivíduos. Muitas são as críticas ao modelo tradicional de medição do lucro sustentado no conceito de custo histórico (Solomons, 1961; Zeff & Keller, 1973; Hopp & Leite, 1988; Guerreiro, 1989; Schipper e Vincent, 2003; Ryan, 2007). Apesar disso, conforme afirmam Kida & Hicks (1982), a profissão contábil encontra forte resistência na consecução do objetivo de desenvolver e operar um conceito de lucro que se aproxime de uma base de valor como na economia. Os autores conjecturam que esse problema pode estar associado ao fato de que o aprendizado de contabilidade condiciona para o uso do conceito de custo histórico. De acordo com Kida & Hicks (1982), então, se o processo de aprendizado produz esse efeito, é provável que os indivíduos que estudam formalmente a disciplina contábil desenvolvam uma concepção de lucro mais próxima da ideia do custo histórico do que de conceitos econômicos baseados em valor corrente.

Esse fenômeno pode estar associado ao fato de que, na fase inicial do curso de Ciências Contábeis, e nas disciplinas isoladas de Contabilidade Financeira oferecidas para diversos cursos de graduação e pós-graduação, o aluno normalmente é exposto a um conjunto de conceitos que se aproximam mais do chamado lucro contábil que do econômico. Por exemplo, no campo da contabilidade societária, uma das primeiras regras difundidas é que os efeitos decorrentes das mutações patrimoniais sobre o resultado do exercício não devem ser reconhecidos antes que possam ser mensurados objetivamente. Ora, em tais circunstâncias, é de esperar que o aluno se incline mais pela aceitação da ideia de que lucro corresponde à diferença entre receita realizada pelas vendas e custos incorridos do que pelo incremento do valor associado aos ativos, já que este último geralmente incorpora uma grande dose de subjetividade. De certa forma, até sob o ponto de vista psicológico, torna-se mais confortável admitir que os ativos devam ser avaliados à base de custos originais do que pelo valor presente dos futuros fluxos de caixas. Certamente, o simples fato de que a produção de tais fluxos pode não acontecer na magnitude esperada já se constitui em razão para o indivíduo preferir o custo ao valor como critério de mensuração do lucro.

A teoria da Percepção argui que existe uma relação básica entre o contexto cultural do indivíduo, o estoque de conhecimentos acumulado ao longo do tempo e o modo como ele percebe e interpreta os fenômenos que o cercam. Embora a percepção seja influenciada por tais fatores, sabe-se que os conceitos e mensagens que se mostram mais congruentes com atitudes e opiniões do indivíduo tendem a ser memorizados em grau mais elevado do que os oponentes (Bartlett, 1932; Santaella, 1998). Estudos comprovam que, à medida que o tempo passa, a memória seleciona os elementos mais significativos para o indivíduo em detrimento dos mais discordantes ou culturalmente mais distantes. Se, em uma explanação, ao lado dos argumentos mais importantes a favor de determinado assunto, também forem apresentados argumentos contrários, a lembrança destes últimos tende a se desfazer mais rapidamente do que a dos favoráveis (Papageorgis, 1963).

Sob esta perspectiva, a teoria da Percepção permite conjecturar que se o aluno, nas séries iniciais do Curso de Ciências Contábeis, for estimulado a valorizar determinada concepção de lucro em detrimento de outras, no futuro poderá ter dificuldade em compreender outros significados que também podem estar associados a tal palavra (LUCRO). Por exemplo, se alguém foi “educado” para compreender o lucro apenas como um valor resultante da diferença entre receita realizada pelas vendas e custos explícitos, é provável que tenha alguma dificuldade de admitir que lucro também pode significar diferença entre receitas realizadas e custos de oportunidade. Isto é particularmente importante para os educadores da área contábil porque nos leva a considerar que não basta selecionar adequadamente o que deve ser ensinado.

Kida & Hicks (1982) documentaram evidências sugerindo que estudantes sem treinamento anterior em contabilidade tinham uma concepção de lucro mais próxima dos conceitos econômicos com mais frequência que os estudantes com treinamento em contabilidade. Os resultados encontrados pelos autores indicaram também que, após cursarem um determinado número de disciplinas que enfatizavam a ideia de custo histórico como base de valor, os estudantes não só aprendiam o sistema, como também exibiam diferenças no significado que eles atribuíam a certos construtos relacionados a esse sistema. Observou-se ainda que essas diferenças continuavam a existir mesmo depois de os estudantes serem expostos a disciplinas que enfatizavam conceitos econômicos de valor e lucro. Para os autores, isso é uma indicação de que, após aprenderem as regras e regulações da contabilidade pautadas no custo histórico, os estudantes se tornam tão adeptos a elas que não conseguem enxergar além disso.

Ante o exposto, surge a seguinte questão: **Apercepção sobre o conceito econômico ou contábil de lucro é influenciada pelo nível de conhecimento formal¹ em Contabilidade?** Ao tratar desta questão, o presente trabalho tem como objetivo testar se pessoas com níveis de conhecimento distintos em contabilidade apresentam diferenças na percepção do conceito de lucro. Para tanto, é desenvolvido um estudo de comparação de grupos em que os indivíduos foram identificados em três níveis de conhecimento em Contabilidade.

Os resultados encontrados sugerem não haver diferença na percepção do conceito de lucro entre os grupos considerados e revelam ainda que a abordagem contábil baseada no custo histórico é predominante entre os indivíduos que participaram do estudo. Esses achados indicam que a introjeção da concepção contábil de lucro, pautada no custo histórico, independe do conhecimento formal de Contabilidade. Entretanto, a pesquisa encontrou evidências de que o gênero pode exercer influência na maneira como o lucro é compreendido, tendo em vista que a percepção econômica do lucro foi significativamente mais frequente entre as mulheres.

A discussão a respeito desse tema é relevante porque, apesar de o debate sobre o conceito de lucro ser antigo, o papel da educação formal no processo de assimilação do seu significado ainda é um tema pouco conhecido e explorado. Nesse sentido, o presente trabalho procura ampliar o entendimento dessa questão específica, contribuindo para expandir a literatura existente. Avançar nessa agenda é ainda mais importante em um contexto em que se prestigia a contabilidade a valor justo, baseada em valor corrente, em lugar do custo histórico puro e simples, como se vê em algumas situações previstas nas normas internacionais de contabilidades (IFRS). É provável que a utilização e a operacionalização do lucro dependam de como ele é percebido e interpretado pelas pessoas. Por isso, compreender como o processo formal de ensino está relacionado ao aprendizado deste e de outros conceitos contábeis fundamentais é importante para orientar as estratégias de ensino adotadas pelos professores de Contabilidade e até mesmo, os projetos político-pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis.

Esse tema também interessa ao mercado e à comunidade acadêmica em geral por causa das implicações práticas associadas ao uso de conceitos contábeis. O lucro mensurado pela contabilidade pode ser utilizado para fins de incentivo gerencial, tributação, decisões de investimento, avaliação de desempenho, política de distribuição de dividendos, entre outros, e suas consequências podem variar em função da base conceitual adotada em sua definição e mensuração. Por exemplo, é provável que o conceito econômico de lucro seja mais relevante para fins de avaliação de desempenho dentro da firma, bem como para formulação de contratos de incentivo na presença do problema do horizonte (Santos, 2015). Além disso, evidências empíricas sugerem que a previsão de analistas é mais acurada quando feita com base em informações contábeis a valor justo (Liang e Riedl, 2014).

1 Neste trabalho, entende-se como “conhecimento formal” o conhecimento adquirido por meio da realização de disciplinas acadêmicas específicas de contabilidade em cursos de graduação e pós-graduação.

Por outro lado, o lucro contábil, com ênfase no custo histórico, parece ser mais apropriado para fins contratuais quando o objetivo é mitigar conflitos de interesse entre CEOs e acionistas e na existência de contratos de dívida (Watts, 2003). Além disso, a literatura empírica tem discutido e documentado o valor-relevância da informação contábil, especialmente o lucro mensurado de acordo com as regras da contabilidade financeira, pautadas no custo histórico, para o mercado de capitais (Lev, 1989; Lee, 1999; Kothari, 2001; Holthausen & Watts, 2001) e em que circunstância o lucro contábil é mais apropriado para mensurar a performance da empresa, conforme refletido no preço das ações (Dechow, 1994).

O restante do trabalho está estruturado como segue: na segunda seção, apresentam-se elementos da teoria da Percepção seguidos de uma breve revisão dos conceitos de lucro e valor na perspectiva contábil e econômica; na terceira seção, descreve-se a metodologia da pesquisa; na quarta, são apresentados os resultados da pesquisa de campo; e, finalmente, a última parte apresenta as conclusões e considerações finais.

2. Fundamentação

2.1 Teoria da Percepção

Classificada como uma teoria Semiótica (Santaella, 1998), a percepção tem sido definida como um processo mediante o qual as pessoas ultrapassam os estímulos sensoriais e tentam construir uma interpretação significativa guiada por conhecimentos, experiências, expectativas e motivações de ordem superior (Feldman, 2015).

A teoria da Percepção ajuda a compreender que o significado não é propriedade das palavras, como um elemento físico passível de ser identificado por qualquer indivíduo, mas uma construção de caráter social dependente do contexto, dos referenciais cognitivos, de experiências passadas e do *background* educacional (Ogden e Richards, 1938). Nessa mesma linha, Berlo (1999) ensina que a interpretação de uma mensagem ou de um código linguístico é uma reação psicológica determinada por vários fatores, tais como habilidades comunicadoras, níveis de conhecimento sobre o conteúdo veiculado e o contexto sociocultural a que pertence o indivíduo. Bakhtin (1997) compartilha dessa visão quando afirma que a comunicação e seus significados são fortemente influenciados pelas estruturas sociais e, por isso mesmo, no processo de construção das mensagens é necessário que se situem signos e indivíduos em determinado contexto. Para enfatizar que a compreensão da palavra não pode ser apartada do contexto social, esse autor chega a afirmar que há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis.

Como se pode deduzir, não é surpreendente que a palavra *lucro* possa despertar significados diferentes para pessoas pertencentes a grupos diferentes. O oposto, isto sim, é que seria surpreendente. De acordo com a teoria da Percepção, de certa forma esse fenômeno é até esperado e, portanto, deve ser encarado com naturalidade. O que não se pode admitir como normal é que indivíduos submetidos a determinados estímulos e supostamente preparados para compreender os diversos significados atribuíveis a esse código linguístico (*lucro*) cheguem a apresentar dificuldades semelhantes às de outros que se encontram em posição cultural distinta.

Na teoria da Percepção formulada por Peirce (1999), qualquer signo, como a palavra *lucro*, por exemplo, só pode representar algo para determinado intérprete se for capaz de produzir na mente dele alguma coisa que se relacione ao objeto ou fenômeno. Assim, o signo pode ser entendido como tudo aquilo que consegue cumprir a função de estar no lugar de outra coisa, representando-a. A correta interpretação do objeto ou do fenômeno - em nosso caso seria o que se busca representar com a palavra *lucro* - pressupõe a existência de uma referência (pensamento) bem estabelecida e compartilhada entre os membros de determinada comunidade. Essa relação entre signo e referência é determinada, pelo menos em parte, por fatores sociais e psicológicos (Coelho Neto, 1996). Neste ponto, importa salientar que se o signo não “encontrar” na mente do intérprete uma referência devidamente qualificada, o objeto que ele busca representar não poderá ser compreendido de modo satisfatório.

Como se pode notar, a teoria da Percepção nos permite prever que a dificuldade em compreender o significado da palavra “lucro” será muito maior entre indivíduos que não foram preparados para isso, sobretudo se considerarmos que a expressão monetária a ela atribuída nada mais é do que um agregado de parcelas positivas e negativas que se articulam sob regras específicas. Para se ter uma noção aproximada da variedade de significados que podem ser atribuídos ao termo “lucro”, importa considerar que, pelo menos teoricamente, tais regras podem ir do prosaico custo histórico a critérios de mensuração mais sofisticados que levam em conta um conjunto de variáveis de natureza puramente econômica.

Para Hendriksen e Breda (1999), uma das razões pelas quais as pessoas nem sempre conseguem compreender o conceito de lucro está exatamente nesse ponto, ou seja, no fato de ele resultar de um conjunto de regras e convenções que geralmente não encontram correspondência com fenômenos do mundo real. Os autores explicam que regras como regime de competência, realização e confronto entre receitas e despesas geralmente são mal compreendidas porque não possuem significados fora da lógica contábil. O problema torna-se mais preocupante quando nem mesmo indivíduos versados em Contabilidade encontram referências que lhes permitam compreender o lucro em sua verdadeira complexidade. Se isso, de fato, estiver acontecendo, como sugere o resultado deste estudo, urge colocar em discussão estratégias de ensino-aprendizagem e conteúdos programáticos vinculados à grade curricular do curso de Ciências Contábeis.

2.2 Conceitos de Lucro e Valor: uma perspectiva contábil e econômica

A literatura acadêmica e profissional aponta uma diversidade de formulações conceituais para o lucro contábil, dentre as quais se destaca aquela que o considera como a diferença entre receitas e despesas confrontadas em um determinado período. Desse ponto de vista, podem ser encontradas diversas acepções para o termo lucro e este passa a ser uma variante do termo Resultado, que por sua vez pode assumir diversas denominações, tais como: Resultado Bruto, Resultado Líquido, Resultado Operacional, Resultado NãoOperacional, Resultado Antes do Imposto de Renda, Resultado Tributável, entre outras. Outro conceito contábil de lucro é Resultado Abrangente. Segundo Most (1982), esse é um termo utilizado para definir a mudança do patrimônio líquido de uma empresa durante um período de transações e outros eventos e circunstâncias oriundas de fontes diversas daquelas do proprietário.

De acordo com Schroeder, Myrtle & Jack (2001), não obstante o amplo uso do conceito de lucro, um debate significativo sobre esse tema reside na importância relativa do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado na determinação do resultado da entidade. Do ponto de vista do Balanço, o lucro é visto como um incremento no valor líquido dos ativos durante um período. Sob a ótica da demonstração de resultado, o lucro é percebido como o produto de certas atividades que ocorreram em um determinado período. Para Schroeder, Myrtle & Jack (2001), nesta abordagem (*transactions approach*), o Balanço Patrimonial representa apenas uma lista de itens que ficam na empresa depois de o lucro ter sido determinado com base nos custos e nas receitas.

Conforme acentua Sterling (1979), as duas abordagens anteriores refletem a tradição contábil na qual o lucro de uma entidade é visto como a diferença entre patrimônios líquidos medidos em duas datas distintas. Ou seja, é a variação ocorrida, de um período para o outro, no patrimônio líquido da empresa. Neste caso, o patrimônio líquido corresponde ao valor residual do confronto entre ativos e passivos medidos com base no custo histórico. Segundo, Lewis & Pendrill (2004), outra forma de se definir o Lucro Contábil é considerá-lo como a diferença entre o custo da produção de bens e serviços e a receita decorrente da venda destes, sendo tais receitas e custos medidos a valores históricos.

Belkaoui (2004) esclarece ainda que, muitas vezes, o lucro é visto como um determinante na política de distribuição de dividendos da empresa; como um direcionador para tomada de decisão e investimentos, serve como elemento para predição; e, finalmente, como a base para tributação do Governo. Do ponto de vista tributário, o lucro é a base para cobrança de impostos e a distribuição de riqueza entre as pessoas. Nessa perspectiva, é calculado de acordo com um conjunto de regras emanadas da autoridade fiscal.

Conforme explica Belkaoui (2004), no papel de direcionador da política de distribuição de dividendos da empresa, observa-se o fato de que, em função do princípio da competência, nem sempre o lucro apurado no período terá seu correspondente em caixa, garantindo o pagamento de dividendos naquele período. Neste caso, liquidez e possibilidade de investimento são variáveis necessárias na definição da política de dividendos da empresa. Ainda de acordo com o autor, o lucro é visto como um investimento e guia para tomada de decisão porque se pode admitir que os investidores procuram maximizar o retorno do capital investido, considerando um grau aceitável de risco. Desse modo, o lucro pode ser utilizado para estimar a capacidade de pagamento de fluxos de dividendos futuros (fluxo de caixa) derivados de um investimento e do risco a ele associado. Adicionalmente, o lucro, enquanto instrumento preditivo, tem sido utilizado para auxiliar no prognóstico de lucro e eventos econômicos futuros, tanto a partir de sua mensuração a custo histórico quanto a valor corrente.

Além da questão de ordem semântica, outro aspecto relevante na discussão sobre o lucro na contabilidade diz respeito à sua mensuração. Segundo Hendriksen & Breda (1999), a mensuração do lucro contábil apresenta importantes problemas conceituais e práticos que encerram as seguintes críticas: *i*) falta uma clara formulação para o conceito de lucro contábil; *ii*) inexistência de base teórica que viabilize seu cálculo e apresentação; *iii*) possibilidade de variações nas mensurações do lucro do exercício de empresas diferentes em função das práticas contábeis usuais; *iv*) perda do poder informativo em função das variações do nível de preço, uma vez que é medido em termos monetários históricos; e *v*) menor relevância para investidores e acionistas no que diz respeito à tomada de decisões de investimentos comparativamente a outros tipos de informações.

Por outro lado, a abordagem econômica tenta lançar luz na discussão sobre lucro e valor com consequentes efeitos semânticos e práticos no processo de mensuração contábil. Em geral, do ponto de vista econômico, o lucro corresponde ao aumento no valor líquido dos ativos mantidos pela empresa e este é definido como o valor presente dos fluxos futuros de caixa, descontado pelo custo do capital dos proprietários.

O conceito de lucro econômico derivado da microeconomia, de acordo com Scapens (1981), difere do conceito de renda econômica usualmente utilizada no debate contábil sobre o lucro e sua mensuração. Segundo o autor, na teoria microeconômica, o lucro econômico é definido como o excesso de benefícios sobre os custos das atividades produtivas em cada período quando todos os fatores relevantes são mensurados em termos de custo de oportunidade. Por sua vez, a renda econômica é produto do capital e deriva do valor presente dos futuros fluxos líquidos de caixa (benefícios futuros esperados) da empresa. Todavia, o conceito econômico de lucro guarda uma forte relação formal com o conceito neoclássico de renda econômica (neste trabalho, ambos serão tratados como sinônimos).

A origem do conceito de lucro ou renda econômica está associada aos estudos sobre juros, capital e renda dos economistas Irving Fisher (1867-1947) e John Richard Hicks (1904-1989). Ao longo dos anos, o conceito de capital e renda desenvolvidos por eles tem sido a base para a definição e mensuração do lucro na contabilidade. É a partir das proposições desses economistas que capital é definido como o valor presente dos fluxos de caixa líquidos futuros, enquanto renda econômica representa o montante que pode ser consumido em um período sem diminuir o valor econômico do capital. Especificamente, Fisher (1930) definiu a renda econômica como o fluxo de serviços gerado pelo capital através do tempo.

Muitos autores (por exemplo: Solomons, 1961; Jaedicke e Sprouse, 1972; Guerreiro, 1988; Hendriksen e Breda, 1999), ancorados nas ideias de Fisher (1930) e Hicks (1946), advogam que o lucro econômico nada mais é do que a variação na renda da empresa mensurada de um período para o outro e que, portanto, seu cálculo pode ser derivado do valor presente das receitas líquidas futuras esperadas. Na verdade, a mensuração do lucro econômico pode ser proveniente tanto do valor presente líquido como apenas do valor presente (VP). Elliott e Elliott (2011) explicam que o valor presente é uma técnica utilizada para valorar um fluxo de caixa no futuro ou para mensurar o valor monetário de um estoque de capital existente em termos de uma previsão *ad infinitum* do fluxo de caixa. Essa técnica constitui a natureza do lucro e capital na teoria Econômica, que começou com Irving Fisher (1930) e que se consolidou com a ideia proposta por John Hicks (1946), de que o lucro ou renda econômica é aquilo que a firma ou o indivíduo pode consumir sem reduzir seu estoque de capital de modo que esteja tão bem hoje quanto estava ontem.

Sendo assim, Besanko *et al.* (2009) esclarecem que o conceito de lucro econômico pode ser pensado como uma mensuração anualizada do valor presente líquido (VPL) da empresa, pois, operacionalmente, o cálculo dessas métricas são semelhantes. Especificamente na situação em que o fluxo de caixa periódico é constante e o investimento tem vida útil infinita, o VPL da empresa corresponde ao valor presente do lucro econômico gerado pelos investimentos durante seu tempo de vida. Segundo os autores, essa situação é válida, inclusive no caso em que os fluxos de caixa não são constantes e/ou a vida útil do investimento é finita.

Kreitzman e Williams (2008) também associam o lucro econômico ao VPL da empresa. Para eles, a firma é uma combinação de projetos de investimentos (portfólio de projetos) e os lucros econômicos auferidos por ela podem ser medidos pela comparação entre os investimentos e os fluxos de caixa gerados em suas operações. Nesse caso, é possível utilizar o método de fluxo de caixa descontado para derivar o lucro econômico da firma. Os autores explicam que, por meio desse método, um projeto ou o valor econômico de uma firma é o resultado do seu fluxo de caixa líquido e representa a diferença entre as receitas brutas menos os desembolsos relativos a todos os insumos consumidos nas operações, descontados pelo custo de oportunidade do capital investido e adicionado de qualquer valor residual ao final do projeto e os acréscimos de capital.

Kreitzman e Williams (2008) apresentam o seguinte exemplo para demonstrar que o lucro econômico pode ser derivado pelo método de fluxo de caixa descontado:

Tabela 1

Derivação do Lucro Econômico pelo Método de Fluxo de Caixa Descontados – Exemplo 1

Considere um único projeto com uma vida finita que termina no período T , com todo o fluxo de caixa ocorrendo no final do período t , onde $0 \leq t \leq T$. Nesse exemplo, Π_t representa o lucro total do projeto no período t e corresponde ao fluxo de caixa operacional menos a depreciação econômica. R_t é o fluxo de caixa no período t , I_{t-1} é o valor do capital mensurado no fim do período $t-1$ e no início de t . ΔI_t é a depreciação econômica ocorrida durante o período t , onde $\Delta I_t < 0$. Supõe-se que não existem novos investimentos em qualquer período, o valor do capital no fim t pode ser calculado como $I_t = \Delta I_t + I_{t-1}$, e a relação entre Π_t , R_t e ΔI_t é dada pela equação:

$$\Pi_t = R_t + \Delta I_t \quad (1)$$

Considerando um custo de oportunidade do capital k , que se assume ser constante no tempo, é possível calcular o lucro econômico π_t no período t por:

$$\pi_t = \Pi_t - kI_{t-1} \quad (2)$$

Substituindo-se (1) em (2) tem-se:

$$\pi_t = R_t - kI_{t-1} + \Delta I_t \quad (3)$$

Por outro lado, o valor total do lucro do projeto menos o valor do investimento inicial corresponde à definição tradicional do VPL, a saber:

$$VPL = \sum_{t=1}^T \frac{R_t}{(1+k)^t} + \frac{I_T}{(1+k)^T} - I_0 \quad (4)$$

Onde I_0 representa o valor residual do investimento feito no início do projeto. Agora, substituindo (1) em (4), tem-se:

$$VPL = \sum_{t=1}^T \frac{\Pi_t - (I_t - I_{t-1})}{(1+k)^t} + \frac{I_T}{(1+k)^T} - I_0 \quad (5)$$

Usando a definição de lucro econômico em (2) é possível transformar (5) para:

$$VPL = \sum_{t=1}^T \frac{\pi_t}{(1+k)^t} - \sum_{t=1}^T \frac{I_t}{(1+k)^t} + \sum_{i=1}^T \frac{I_{t-1}}{(1+k)^{t-1}} + \frac{I_T}{(1+k)^T} - I_0 \quad (6)$$

Cancelando-se o segundo, terceiro, quarto e quinto termos em (6), obtém-se:

$$VPL = \sum_{t=1}^T \frac{\pi_t}{(1+k)^t} \quad (7)$$

Fonte: adaptado de Kreitzman e Williams (2008)

A partir da demonstração de Kreitzman e Williams (2008), o lucro econômico periódico do projeto pode ser calculado diretamente de (7), bastando multiplicar o VPL por k , ou então subtrair da receita líquida de t a depreciação econômica, calculada como $VPL_t - VPL_{t-1}$. Desse modo, o lucro econômico do período poderia ser definido por:

$$LE_t = (VPL_t - VPL_{t-1})k \quad (8)$$

ou então,

$$LE_t = \pi_t - (VPL_t - VPL_{t-1}) \quad (9)$$

Outro aspecto levantado por Kreitzman e Williams (2008) diz respeito à questão da depreciação do ativo base (investimento). Conforme fica evidenciado na fórmula padrão do VPL, o cálculo do lucro econômico independe da estimativa da depreciação econômica. Comparando-se (3) e (4), é possível observar que o lucro econômico π_t depende do cálculo de ΔI_t , que poderá sofrer erros de estimativas. Entretanto, o VPL não depende de medidas contábeis ou cálculo de depreciação econômica, pois a mensuração do lucro total do projeto é feita de forma mais direta. Conforme apresentado em (5), uma vez que o VPL definido é independente das estimativas de depreciação econômica, a fórmula em (7) evidencia que o valor presente do lucro econômico total do projeto é igual ao VPL. Então, as estimativas de depreciação econômica não afetarão o valor presente do lucro econômico total. Essa é uma diferença crítica entre derivar o lucro econômico do valor presente do lucro residual *ex ante* e do valor presente das receitas líquidas futuras esperadas. O valor presente dos lucros residuais futuros só será equivalente ao VPL se for adotado esquema apropriado de depreciação e mensuração do ativo base ao longo da vida útil desse investimento.

Magni (2008), também fornece uma demonstração para provar que o lucro econômico e o VPL sustentam uma forte relação formal. Para o autor, VPL e lucro econômico são nomes diferentes para a mesma ideia e a maximização de um é equivalente à ideia de maximização do outro. O lucro econômico é a diferença entre o lucro factual que o empreendedor recebe e o lucro contrafactual que ele deveria receber se investisse em outro negócio alternativo. Para sustentar seus argumentos, o autor apresenta a seguinte prova a partir de uma situação hipotética de um único período que pode ser generalizado para n períodos:

Tabela 2

Derivação do Lucro Econômico pelo Método de Fluxo de Caixa Descontados - Exemplo 2

Considere W^0 o custo do investimento e W^1 o resultado final no tempo 1. $W^1 - W^0$ é o lucro que pode ser reformulado como: rW^0 com $r = \frac{W^1 - W^0}{W^0}$ sendo a taxa de retorno. Considere também i a taxa relativa de retorno de um negócio alternativo e $W^0(1+i) - W^0 = iW^0$ o custo de oportunidade dessa alternativa.

Logo, o lucro econômico π é dado por:

$$\pi = rW^0 - iW^0 \quad (1)$$

O lucro econômico em (1) pode ser expresso como a diferença entre dois valores futuros, ou seja:

$$\pi = W^1 - W^0(1+i) \quad (2)$$

Sob esta perspectiva, π corresponde ao VPL, dado pela expressão:

$$VPL = -W^0 + \frac{W^1}{1+i} \quad (3)$$

Então, o lucro econômico apresenta uma forte relação formal com o VPL, pois o VPL é o valor presente de (1) ou equivalente ao valor presente de (2) conforme apresentado a seguir:

$$NPV = \frac{r}{1+i} = \frac{1}{1+i} (rW^0 - iW^0) \quad (4)$$

Fonte: adaptado de Magni (2008)

Na mesma linha de Kreitzman e Williams (2008) e Magni (2008), Demski (2008) também arguiu que o conceito de lucro econômico, derivado da teoria econômica, corresponde à variação no valor presente da empresa ou ao valor presente da sequência de futuras transações no caixa da empresa. Isso implica que todas as receitas e custos futuros são tratados em termos de seu valor presente. Com isso, o valor presente reflete o fluxo de caixa que ocorre além do período t . Então, no período t , o valor do fluxo de caixa que fica é simplesmente o VP_t . Sendo assim, o lucro econômico da firma pode ser definido, também, como a mudança do valor presente do fluxo de caixa líquido mais o fluxo de caixa do período t , se forem assumidas as seguintes suposições: i) os fluxos de caixa futuros que são descontados são fluxos de caixa entre a firma e seus proprietários; ii) a firma mantém zero caixa no balanço; e iii) todo o investimento feito pelos proprietários é convertido em fatores de produção que poderão representar saída de caixa no período t e além de t .

Para exemplificar seus argumentos, Demski (2008) apresenta o seguinte caso:

Tabela 3

Derivação do Lucro Econômico pelo Método de Fluxo de Caixa Descontado – Exemplo 3

Considere a situação de uma empresa que opera em apenas três períodos, utiliza três fatores de produção (z_1, z_2 e z_3), fabrica dois produtos (q_1 e q_2), onde os preços de mercado à vista dos fatores são P_1, P_2 e P_3 , e os preços de mercado à vista de venda dos produtos são \hat{P}_1 e \hat{P}_2 . O primeiro e o terceiro fatores são pagos no período $t = 0$, e o segundo fator é pago no período $t = 1$. O produto q_1 é produzido, vendido e recebido no período $t = 1$ e o produto q_2 é produzido, vendido e recebido em $t = 2$. Com base nessas informações, tem-se o seguinte fluxo de caixa:

Fluxo de Caixa para Múltiplos Períodos			
	t = 0	t = 1	t = 2
Fator 1	$-P_1 z_1$		
Fator 2		$-P_2 z_2$	
Fator 3	$-P_3 z_3$		
Produto 1		$\hat{P}_1 q_1$	
Produto 2			$\hat{P}_2 q_2$
Fluxo de Caixa Líquido (FC_t)	$-P_1 z_1 - P_3 z_3$	$\hat{P}_1 q_1 - P_2 z_2$	$\hat{P}_2 q_2$

Com base nos dados da Tabela 3, a empresa incorre no seguinte custo econômico C total e receita total R , considerando uma taxa de desconto r :

$$C = P_1 z_1 + P_2 z_2 (1+r)^{-1} + P_3 z_3 \quad (1)$$

$$R = \hat{P}_1 q_1 (1+r)^{-1} + \hat{P}_2 q_2 (1+r)^{-2} \quad (2)$$

Disso, tem-se o seguinte lucro econômico (I) no período t :

$$I_0 = \hat{P}_1 q_1 (1+r)^{-1} + \hat{P}_2 q_2 (1+r)^{-2} - P_1 z_1 - P_2 z_2 (1+r)^{-1} - P_3 z_3 \quad (3)$$

Isso posto, observa-se que o lucro econômico tem uma forte correspondência com VP do fluxo de caixa líquido futuro, dado por:

$$VP_0 = FC_1 (1+r)^{-1} + FC_2 (1+r)^{-2} \quad (4)$$

Logo, pode-se reescrever o lucro econômico no período $t = 0$ como:

$$I_0 = VP_0 + FC_0 \quad (5)$$

Considerando os três períodos, tem-se:

Lucro Econômico Período a Período		
	VPL dos Fluxos de Caixa	Lucro Econômico
t = 0	$VP_0 = FC_1 (1+r)^{-1} + FC_2 (1+r)^{-2}$	$I_0 = VP_0 + FC_0^*$
t = 1	$VP_1 = FC_2 (1+r)^{-1}$	$I_1 = VP_1 - VP_0 + FC_1$
t = 2	$VP_2 = 0$	$I_2 = VP_2 - VP_1 + FC_2$

*como o FC_0 é negativo e representa o investimento inicial feito pelos proprietários, o lucro econômico no período $t = 0$ corresponde ao cálculo padrão do VPL.

Nesse exemplo, VP no período $t = 2$ é zero porque a empresa encerra suas operações nesse momento. desse modo, a soma do lucro econômico nos três períodos é igual à soma dos fluxos de caixa.

Fonte: adaptado de Demski (2008)

Demski (2008) acrescenta ainda que o lucro econômico, significando a variação no valor presente do fluxo líquido de caixa futuro, representa o custo dos recursos disponibilizados à empresa. Nesse contexto, a taxa de juro r corresponde ao preço de mercado desses recursos e o VP_p , o seu montante. Ambos, geralmente, são bem conhecidos e isso torna o cálculo do lucro econômico, período a período, uma tarefa isenta de grandes dificuldades.

Além dos aspectos conceituais relativos à definição de lucro, tanto sob a perspectiva econômica quanto contábil, mesmo não sendo o foco principal deste trabalho, é oportuno fazer menção às alterações introduzidas nas normas contábeis brasileiras a partir dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), pois a coleta de dados desta pesquisa se deu nesse novo ambiente regulatório. Além disso, não se pode ignorar os impactos da adoção do IFRS sobre o ensino e aprendizado em Contabilidade, conforme tem sido discutido em muitos estudos recentes (por exemplo: Carvalho e Salotti, 2013; Ryack *et al.*, 2015; Alzeben, 2016; Beckman *et al.*, 2017; Dong & Nanyan, 2019).

É inegável que muitas das propostas formuladas por clássicos da Economia e da Contabilidade a respeito da mensuração do lucro têm sido recepcionadas pelas normas internacionais de contabilidade. A maioria dessas normas resulta de pressões exercidas por agentes de mercado e pela própria conjuntura econômica mundial, com objetivos que podem variar em certos aspectos, mas sempre balizados pelo ideal de reduzir a assimetria informacional e criar um ambiente de negócios mais favorável. De forma geral, busca-se agregar mais qualidade à informação contábil, aprimorando os critérios de mensuração de ativos e passivos, a compreensibilidade, a confiabilidade, a relevância e a comparabilidade dos relatórios contábeis. Parte-se do princípio de que a harmonização das normas contábeis produz benefícios econômicos para as organizações, na medida em que possa estabelecer uma base comum para o registro das transações, reduzir o custo de captação de recursos em mercados internacionais e atrair investimentos.

No Brasil, o esforço de convergência dos padrões contábeis às normas internacionais tornou-se mais efetivo com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, seguida da Lei nº 11.941/2009. Ancorado nestas referências normativas, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vem, desde então, emitindo um conjunto de pronunciamentos técnicos fortemente alinhados com os preceitos contidos nos IFRS. No tocante ao reconhecimento e à mensuração das transações econômicas, por exemplo, observa-se um grande interesse em privilegiar a essência sobre a forma, criando condições para que a Contabilidade possa albergar métricas mais afinadas com o conceito de lucro econômico. A título de exemplo, podemos citar a permissão para se registrar como ativo imobilizado os bens que, mesmo não sendo de propriedade da empresa, estejam sendo administrados por ela com o propósito de gerar receitas, cabendo-lhe também o controle e os riscos correspondentes. Além deste, caberia citar ainda a mensuração de instrumentos financeiros e ativos biológicos a valor justo, o ajuste a valor presente de certos direitos e obrigações, a redução a valor recuperável de determinados ativos (*impairment*), o reconhecimento de determinados intangíveis, os critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas ao longo de um contrato de concessão, entre outros. Resta-nos saber até que ponto tais aprimoramentos normativos têm contribuído para alterar a percepção do conceito de lucro, principalmente entre os indivíduos que têm formação em Contabilidade.

3. Metodologia e Desenho da Pesquisa

A pesquisa foi desenhada com o intuito de verificar se o nível de aprendizado em Contabilidade influencia o entendimento subjacente do conceito de lucro e valor. Para tanto, foram comparados três grupos de sujeitos com diferentes níveis de conhecimento de Contabilidade, a saber: GRUPO I – indivíduos sem conhecimento prévio de Contabilidade (codificada como CONT_SEM); GRUPO II – indivíduos com graduação em outras áreas, excluindo-se Ciências Contábeis, mas que tenham declarado que em algum momento de sua formação acadêmica estudaram Contabilidade (codificada como CONT_PARCIAL); e GRUPO III – indivíduos com graduação plena em Ciências Contábeis (codificada como CONT).

Para avaliar o entendimento do conceito de lucro dos sujeitos, adotou-se a mesma estratégia utilizada por Kida & Hicks (1982). Administrou-se um teste constituído de cinco problemas (ver Tabela 4), versando sobre conceitos de lucro baseados em valores históricos e em valores correntes, denominados neste trabalho de abordagem contábil e abordagem econômica, respectivamente. Eles apresentavam duas alternativas de respostas, sendo que uma denotava a abordagem contábil do custo histórico e a outra, a abordagem econômica com base em valor. Em cada questão, apenas uma alternativa poderia ser selecionada. O pressuposto era que a alternativa escolhida pelo respondente indicava seu entendimento sobre os conceitos de lucro.

Tabela 4

Problemas formulados para Avaliação da Concepção de Lucro

Situação 01

No dia 1º/1/2009, a empresa Alfa comprou 100 unidades de mercadorias e pagou à vista \$ 400 por elas. Nesta mesma data, o valor de mercado das mercadorias adquiridas era de \$430. Considerando apenas as informações oferecidas, assinale a alternativa que melhor expressa o resultado desta operação:

- a empresa Alfa obteve um ganho de \$30
- a empresa Alfa não obteve ganho nem perda.

Situação 02

No dia 1º/1/2008, a empresa Beta tinha um estoque de mercadoria cujo valor de mercado era de \$500. No dia 31/01/2008, o valor de mercado deste estoque era de \$600. Durante o período de 01 a 31, a empresa não teve custo de manutenção do estoque e a inflação do período foi zero. Considerando apenas as informações oferecidas, assinale a alternativa que melhor expressa o resultado deste evento (manutenção de estoque).

- a empresa Beta obteve um ganho de \$100
- a empresa Beta não obteve ganho nem perda.

Situação 03

Em 1º/2/2008, a Empresa Gama adquiriu 50 unidades de mercadorias e pagou à vista \$200 por elas. Nesta data, o valor de mercado das mercadorias era igual ao valor pago. No dia 15/02/2008, a empresa vendeu este estoque à vista por \$550. Na data da venda, o valor de mercado das mercadorias vendidas era de \$300. A inflação do período de 01/02/2008 a 15/02/2008 foi zero. Considerando apenas as informações oferecidas, assinale a alternativa que melhor expressa o resultado da operação de venda:

- a empresa Gama obteve lucro de \$250
- a empresa Gama obteve lucro de \$350.

Situação 04

A empresa Lambda utiliza em sua operação um equipamento específico para fabricar os produtos que vende. Este equipamento foi adquirido à vista no dia 02/06/2007 por \$5.000 com vida útil de 5 anos. A empresa tinha como opção alugar o equipamento em vez de comprá-lo. Para um período de 5 anos, a empresa pagaria um aluguel equivalente a \$5.500 (este é o valor no dia 02/06/2007 que a empresa desembolsaria, já deduzido de qualquer custo de manutenção do equipamento). Considerando apenas as informações oferecidas, assinale a alternativa que melhor expressa o valor do equipamento para a empresa Lambda no dia 02/06/2007:

- \$5.500
- \$5.000

Situação 05

Em 5/1/2008, você adquiriu à vista, por \$ 70.000, um terreno em que pretende futuramente construir uma casa para a sua família. Admita que este seja seu único patrimônio. Em 31/12/2007, este terreno passou a valer \$80.000. Admita que a inflação no período foi zero. Considerando apenas as informações oferecidas, assinale a alternativa que melhor expressa o valor do seu patrimônio no dia 31/12/2008:

- \$ 70.000
- \$ 80.000

Fonte: elaborado pelos autores

O primeiro problema (situação 01) diz respeito ao *momento de reconhecimento do resultado*. A alternativa *a* indica uma aproximação do conceito econômico e a *b*, do conceito contábil. O mesmo raciocínio é adotado para as situações 2, 3 e 4. Em relação à questão 5, há uma inversão na ordem de apresentação das abordagens. A alternativa *a* indica a aproximação do conceito contábil e a *b*, do econômico.

Os problemas 01, 02 e 03 exploram o conceito de *custo de reposição* ou *custo corrente de entrada* como medida de valor e cálculo de lucro. Esse é um enfoque que se aproxima da concepção econômica de lucro e tem sido uma das bases mais importantes de avaliação na contabilidade (Hendriksen & Breda, 1999), em contraposição ao enfoque contábil do custo histórico como base de valor. O problema 04 aborda o conceito de valor descontado de fluxos de caixa futuros como critério de mensuração do lucro e base de valor em contraposição à abordagem contábil tradicional do custo original (histórico) e trata de uma situação de definição do valor de ativo fixo do mesmo modo que o problema 05.

Para avaliar o conceito predominante entre os participantes e o comportamento dos grupos pelo conjunto das respostas, foi levado em conta o total de respostas dentro das duas concepções, independentemente do problema. Em seguida, foi criada uma escala, variando de -5 até +5², de acordo com a seguinte regra: respostas que denotavam visão econômica receberam a nota +1 e as respostas indicativas da visão contábil receberam a nota -1. O passo seguinte foi calcular a soma dos pontos para cada indivíduo, estabelecendo-se uma média final. Indivíduos com escores negativos foram classificados como “Abordagem Predominantemente Contábil (CONT)” e aqueles com escores positivos foram classificados como “Abordagem Predominantemente Econômica (ECO)”. Com base nesse procedimento, as respostas obtidas foram organizadas e submetidas ao teste Kruskal-Wallis visando a avaliar a existência de diferença significativa no padrão de respostas entre os três grupos.

A seleção dos sujeitos foi feita mediante amostragem não probabilista do tipo Intencional. Os dados foram coletados através de um instrumento enviado por e-mail e presencialmente em uma tradicional instituição de ensino de pós-graduação na área de negócios, localizada na cidade de São Paulo, bem como em uma universidade federal situada no Estado da Bahia.

4. Resultados – Análise e Discussão

4.1 Descrição da amostra e dados demográficos

Os dados foram coletados em três momentos (entre 2009 e 2010, 2012 e 2015) e resultou na obtenção de 137 instrumentos válidos (amostra total), sendo 44 do Grupo I (CONT_SEM), 55 do Grupo II (CONT_PARCIAL) e 38 do Grupo III (CONT). Considerando que no Brasil a discussão sobre a convergência para o padrão IFRS tomou corpo por volta de 2007 com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 e com a possibilidade de adoção voluntária das normas internacionais pelas companhias abertas nos anos de 2008 e 2009, além do fato de que muitas instituições de ensino já tratavam das normas internacionais de contabilidade em seus currículos antes desse período, em função da adoção das IFRS pela União Europeia em 2005, é provável que os sujeitos que participaram da pesquisa já tivessem sido submetidos, em alguma instância, ao aprendizado desse conjunto normativo que se tornou obrigatório no Brasil em 2010.

No grupo I (CONT_SEM), todos os sujeitos declararam nunca ter estudado Contabilidade antes e 37 eram alunos que estavam na primeira semana do primeiro semestre do curso de graduação em Ciências Contábeis na modalidade “presencial”. Todos os sujeitos do grupo II (CONT_PARCIAL) concluíram a graduação ou estavam realizando curso de pós-graduação *lato-sensu* entre 2010 e 2015. Ainda neste grupo, todos os indivíduos declararam ter estudado Contabilidade em algum momento da sua formação acadêmica. Os participantes do grupo III (CONT) concluíram o curso de graduação em Contabilidade entre os anos de 2009 e 2010.

2 Nessa escala, as notas possíveis são: -5, -3; -1, +1, +2, +3.

A amostra total era constituída de 82 homens e 55 mulheres. No Grupo I, aproximadamente, 73% eram homens e 27%, mulheres. O Grupo II era constituído de 55% de homens e 45% de mulheres, aproximadamente. Já o Grupo III tinha 53% de homens e 47% de mulheres, aproximadamente. Ainda em relação ao Grupo I, no momento da coleta dos dados, 50% dos indivíduos faziam parte do quadro funcional de alguma empresa. Nos Grupos II e III, este percentual era de 95% e 100%, respectivamente. Portanto, na amostra total, 112 sujeitos (82%) estavam trabalhando em alguma organização no momento da coleta de dados.

No que tange à avaliação da existência de associação entre nível de aprendizado em Contabilidade e o entendimento do conceito de lucro, as tabelas 5 e 6 apresentam os resultados do teste Kruskal-Wallis

Tabela 5
distribuição por postos (ranks) das repostas

		N	Posto Médio
Grupos	CONT_SEM	44	67,34
	CONT_PARCIAL	55	69,83
	CONT	38	69,72
	Total	137	

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 6
Resultado do Teste Kruskal-Wallis para comparação dos grupos

		Conceito de Lucro
Qui-quadrado		0,118
Graus de liberdade		2
P-valor		0,943

Fonte: elaborado pelos autores

Para um nível de significância de 5%, o p-valor (significância assintótica) encontrado, de 0,943, indica não haver diferença estatisticamente significativa entre os grupos, pois o padrão de distribuição das repostas é semelhante entre eles. Esse resultado é corroborado pelo teste qui-quadrado de independência que apresentou uma estatística teste de 0,305 com *p-valor* bicaudal de 0,859 (a Tabela 7 apresenta a distribuição de frequência e as proporções por grupos). Portanto, os resultados dos testes estatísticos sugerem que não existe associação entre o nível de aprendizado formal de Contabilidade e a percepção sobre o conceito de lucro. A análise dos resultados das amostras pesquisadas indica que a assimilação da abordagem contábil antecede ao aprendizado formal de Contabilidade, pois em dois grupos a proporção de repostas que denotam a abordagem do custo histórico prevaleceu e em um grupo a diferença é mínima (ver Tabela 7).

Para ampliar o entendimento dos resultados do teste inferencial, interessa detalhar a análise descritiva dos dados. Nesse sentido, as tabelas 7 e 8 apresentam a distribuição das repostas por grupo e por problema em cada grupo.

Tabela 7

Distribuição das respostas entre os grupos

CONT_SEM			CONT_PARCIAL			CONT		
ECO	CONT	TOTAL	ECO	CONT	TOTAL	ECO	CONT	TOTAL
46%	54%	100%	51%	49%	100%	47%	53%	100%
17	20	37	28	27	55	18	20	38

Notas: (i) CONT_SEM, CONT_PARCIAL e CONT se referem aos grupos que compõem a amostra total. (ii) ECO e CONT se referem à concepção de lucro escolhida nas respostas dos problemas apresentados no instrumento de coleta de dados.

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 8

Proporções de Respostas por Problema em Cada Grupo

Abordagem	CONT_SEM					CONT_PARCIAL					CONT				
	P1	P2	P3	P4	P5	P1	P2	P3	P4	P5	P1	P2	P3	P4	P5
ECO (%)	38,6	50,0	31,8	29,5	77,2	60,0	56,4	25,5	21,8	72,7	52,6	47,4	31,6	28,9	73,7
CONT (%)	61,3	50,0	68,1	70,4	22,7	40,0	43,6	74,5	78,2	27,3	47,4	52,6	68,4	71,1	26,3

Notas: (i) CONT_SEM, CONT_PARCIAL e CONT se referem aos grupos que compõem a amostra total. (ii) ECO e CONT se referem à concepção de lucro escolhida nas respostas dos problemas apresentados no instrumento de coleta de dados.

Fonte: dados da pesquisa

Como pode ser observado na Tabela 7, nas três subamostras a proporção de indivíduos que evidenciaram um entendimento do conceito de lucro mais próximo da abordagem contábil foi maior que a econômica. Isso sugere que, independentemente do nível de conhecimento formal em Contabilidade, os sujeitos adotam, mais frequentemente, uma concepção de lucro mais próxima da realidade contábil. Esse fenômeno foi observado, inclusive, entre aqueles indivíduos que declararam nunca ter estudado Contabilidade antes. Esse resultado pode estar relacionado ao fato de que todos os participantes dessa subamostra eram estudantes do curso de Ciências Contábeis que estavam em sua primeira semana de aulas. É provável que isso tenha sido uma fonte de viés de seleção importante. O fato de o indivíduo ter escolhido o curso de Contabilidade pode ser uma condicionante do significado que se atribui ao lucro.

Conforme indica a Tabela 8, em todos os grupos a resposta que denota a concepção econômica de lucro prevaleceu apenas no problema 05. Sobre esta conjuntura, impende salientar que esse problema corresponde à situação em que o enunciado foi feito de forma pessoal. Ou seja, os respondentes não estavam avaliando a situação de uma empresa, mas, sim, sua própria situação. Isso pode indicar a existência de viés quanto ao julgamento sobre lucro e valor. Em função do fato de a linguagem contábil ser universal e institucionalizada no ambiente de negócios, existe a possibilidade de os indivíduos serem induzidos a considerar que nesse meio o que importa é a concepção contábil.

Ainda de acordo com a Tabela 8, observam-se respostas denotando a concepção econômica de lucro apenas nos problemas 1, 2 e 5, sendo as respostas do problema 5 unânimes entre os três grupos, enquanto que a concepção econômica foi prevalecente nos grupos “CONT_PARCIAL” e “CONT”, e “CONT_PARCIAL” e “CONT_SEM”, nos problemas 1 e 2, respectivamente.

Ao se analisar a contagem de respostas para os problemas 01 e 02, destaca-se que os indivíduos, independentemente do nível de conhecimento de Contabilidade, não fizeram associação entre o momento de reconhecimento do resultado e o reconhecimento do resultado pela variação do valor do ativo de um período para outro. Ou seja, eles se aproximam da abordagem econômica ao reconhecer que existe ganho em transações que não apenas as de venda de produtos (abordagem contábil), mas desconsideram que nesta mesma perspectiva se pode reconhecer ganho pela variação do valor do ativo mantido na empresa.

Ainda em relação aos problemas analisados individualmente, do ponto de vista da análise inferencial, também não foi encontrada nenhuma diferença estatisticamente significativa entre os grupos. A tabela 9 sumarizam os resultados do teste *Kruskal-Wallis* para comparação dos grupos em cada um dos problemas apresentados.

Tabela 9

Resultado do Teste *Kruskal-Wallis* para comparação dos grupos em cada um dos problemas

	P1	P2	P3	P4	P5
Qui-quadrado	4,482	0,809	0,619	0,940	0,280
P-valor	0,106	0,667	0,734	0,625	0,869

Fonte: dados da pesquisa.

4.2 Análises adicionais

Alguns estudos, sob a perspectiva da teoria dos Escalões Superiores, têm sugerido que a posição e a experiência gerencial podem ter peso na maneira como os gestores utilizam informações e conhecimento de práticas contábeis para fazer diferentes escolhas que afetam os resultados organizacionais (por exemplo: Demerjian *et al.*, 2013; Krishnan e Wang, 2015; Callaghan, 2015; García-Meca & García-Sánchez, 2018; Ferdinand *et al.*, 2018; Mendes *et al.*, 2019). Além disso, muitas pesquisas têm analisado a influência do gênero no aprendizado de contabilidade (Trinkle *et al.*, 2016; Myers *et al.*, 2018; Eames *et al.*, 2018; Martí-Ballester, 2019; Nouri e Domingo, 2019). Por isso, foram investigados o papel do gênero, da experiência gerencial e da atuação na área financeira na concepção de lucro e valor, uma vez que esses fatores podem influenciar a maneira como as pessoas percebem esse construto. Para tanto, foi utilizado o seguinte modelo logístico descrito na equação 1:

$$P_j = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + b_1 \text{CONT_PARCIAL} + b_2 \text{CONT} + b_3 \text{Trabalha} + b_4 \text{Ger} + b_5 \text{Fin} + b_6 \text{Gen})}} \quad (\text{Equação 1})$$

onde:

1. P_j é a variável dependente, que pode assumir os valores 0 e 1. Neste estudo, foi atribuído o valor 0 para indicar concepção predominantemente contábil do lucro e o valor 1 para indicar concepção predominantemente econômica;
2. $b_0, b_1, b_2, b_3, b_4, b_5$ e b_6 são os parâmetros do modelo; e
3. as covariáveis do modelo são representadas por variáveis *dummies* que assumem valor 0 ou 1, onde 1 indica que o indivíduo é: graduado em outras áreas de conhecimento (*Cont_Parcial*); graduado em Ciências Contábeis (*Cont*); está trabalhando (*trabalha*); ocupa cargo de gerência ou superior (*Ger*); atua na área financeira (*Fin*); do gênero masculino (*Gen*); e 0 os demais casos.

A regressão logística foi realizada utilizando o método “Enter”, pois todas as várias foram consideradas no modelo, haja vista que o objetivo era saber quais poderiam ser significativas para explicar a concepção de lucro. A Tabela10 documenta os resultados do teste realizado.

Tabela 10

Resultado do Modelo Logístico

	b	erro padrão	Wald	Sig.	Exp(B)
Cont_parcial	0,197	0,510	0,149	0,700	1,217
Cont	-0,140	0,608	0,053	0,818	0,870
Trabalha	-0,510	0,568	0,804	0,370	0,601
Ger	0,157	0,459	0,116	0,733	1,170
Fin	0,453	0,476	0,906	0,341	1,573
Gen	-0,797	0,375	4,509	0,034	0,451
Constant	0,605	0,494	1,500	0,221	1,832

Fonte: dados da pesquisa.

Na regressão, a constante representa os indivíduos do GRUPO I (Cont_Sem). Dado que os coeficientes das variáveis *Cont_Parcial* e *Cont* não apresentaram significância, os resultados documentados servem como teste de robustez para os resultados do teste Kruskal-Wallis e Qui-Quadrado.

Conforme registrado na Tabela 10, apenas a variável “*Gen*” apresentou significância assintótica (p -valor = 0,034 para um nível de significância de 0,05) com um coeficiente de -0,797. Isso sugere que os homens que compuseram a amostra indicavam ser mais conservadores do que as mulheres no entendimento do conceito de lucro. O coeficiente -0,797 indica que ser do gênero masculino (feminino) diminui (aumenta) a probabilidade de adotar a abordagem econômica do lucro. O valor de Exp(B) da variável *gen* indica que a *Razão de Chances* dos homens, em relação às mulheres, assumirem predominantemente a concepção econômica de lucro no teste aplicado é de apenas 0,45. Aproximadamente 40,24% dos homens (33 de 82) apresentaram uma visão predominantemente econômica de lucro. Entre as mulheres, este percentual foi de 60% (33 de 55).

Para avaliar se existe diferença estatisticamente significativa entre as proporções dos grupos, complementarmente, efetuou-se um teste Qui-Quadrado de Independência. O valor da estatística teste foi de 5,146 com p -valor de 0,023, sugerindo que, na amostra pesquisada, o gênero está associado ao conceito de lucro, podendo ser um condicionante da forma como os indivíduos o percebe.

Por outro lado, o fato de quase 82% dos sujeitos estarem atuando em alguma organização não apresentou associação com o conceito subjacente de lucro. Considerando que todo significado atribuído a algum objeto ou fenômeno é influenciado por referências e conhecimentos que o indivíduo vai acumulando ao longo de sua vida, conforme preceituam a teoria da Percepção e a teoria dos Escalões Superiores, é surpreendente que não se observem diferenças significativas entre os indivíduos consultados no que diz respeito à concepção de lucro, particularmente quando estes ocupam posições gerenciais, uma vez que alguns estudos têm sugerido que as habilidades e a experiência gerencial elevadas afetam a forma como os gestores utilizam informações contábeis para influenciar os resultados corporativos (Demerjian *et al.* 2013; Krishnan e Wang, 2015; García-Meca & García-Sánchez, 2018; Ferdinand *et al.*, 2018; Mendes *et al.*, 2019).

Em condições normais, era de se esperar que indivíduos com mais experiência gerencial pudessem revelar uma compreensão mais elástica do conceito de lucro. Afinal, presume-se que foram expostos a um conjunto de conhecimentos que lhes permitem compreender que existem diversas possibilidades de mensurar o lucro da entidade e que cada alternativa disponível está vinculada a regras utilizadas para mensurar ativos, passivos, receitas e despesas. O que se observou, pelo contrário, foi uma visão unidirecional associada ao conceito de lucro, uma vez que predominou o entendimento vinculado à abordagem do custo histórico. Nesse particular, indivíduos que possuem formação em Contabilidade estão praticamente nivelados a indivíduos que não detêm conhecimentos contábeis.

Essa distância entre resultados encontrados e previstos pode ser explicada pela própria Teoria da Percepção. Em primeiro lugar, é preciso considerar que os indivíduos não adentram ao mundo universitário como tábula rasa, mas como seres que já possuem muitos conhecimentos a respeito de muitas coisas. Ao ingressarem no curso superior, é possível que já tenham passado por experiências que contribuíram para sedimentar a ideia de que lucro é tão somente a diferença entre receitas decorrentes da venda de algum bem e o preço pelo qual o mesmo foi adquirido. De igual forma, não se pode descartar a hipótese de que esse entendimento esteja encontrando reforço nas séries iniciais do curso ou, até mesmo, em toda a sua extensão, até porque, diferentemente do que se observa em outros cursos classificados entre as chamadas Ciências Sociais Aplicadas, o de Ciências Contábeis talvez figure entre os que menos conhecimento teórico oferece ao aluno. Este, sim, é um ponto de particular importância e que merece ser investigado com muita atenção em estudos adicionais. Por que o ensino de Contabilidade não tem se revelado capaz de ajudar a aluno a construir uma percepção de lucro mais ampla e consentânea com o marco regulatório vigente?

5. Considerações Finais

O presente trabalho procurou investigar a relação entre aprendizado formal de Contabilidade e o entendimento subjacente ao conceito de lucro. Não obstante as críticas relacionadas às limitações que geralmente se atribuem ao lucro contábil, tanto no campo semântico quanto prático, os achados da pesquisa indicam que a abordagem do custo histórico como base de valor foi dominante entre os sujeitos investigados. Nas três amostras analisadas, os indivíduos apresentaram, mais frequentemente, uma concepção contábil do lucro, considerado como tal o valor resultante do confronto de receitas com custos ou despesas mensurados a valor histórico. Não foram documentadas evidências de que o nível de aprendizado formal de Contabilidade tem relação com a concepção subjacente de lucro. Todavia, a pesquisa forneceu indicações de que o fato de a pessoa pertencer ao gênero feminino pode exercer influência na maneira como o lucro é compreendido. Nesse sentido, podem ser úteis futuras investigações sobre este achado.

Dado o caráter exploratório e descritivo da pesquisa, nenhuma hipótese chegou a ser elaborada formalmente. Entretanto, a partir de evidências anedóticas, esperava-se que indivíduos com formação em Ciências Contábeis pudessem apresentar um entendimento do conceito de lucro mais amplo do que aqueles que nunca estudaram Contabilidade ou apenas foram iniciados nesse ramo do conhecimento. No tocante às pessoas alheias ao mundo da Contabilidade, teoricamente menos vulneráveis ao viés do custo histórico, esperava-se que estivessem mentalmente mais livres para interpretar os fenômenos do ambiente de negócios sob uma perspectiva predominantemente econômica. O que se viu, porém, em todos os subgrupos analisados, foi uma concepção de lucro adstrita ao conceito de custo histórico e, portanto, muito conservadora.

Tendo em vista que a interpretação dos fenômenos, isto é, tudo quanto toca a consciência humana, é influenciada por conhecimentos, experiências passadas, expectativas e outras referências cognitivas, conforme preconiza a teoria da Percepção, era de esperar que se registrassem diferenças significativas entre os subgrupos investigados no tocante ao entendimento do que vem a ser lucro. Contrariando as expectativas e a própria teoria, o que se observou foi um desconcertante alinhamento entre eles. Ou seja, independentemente do nível de conhecimento em Contabilidade, os resultados sugerem que não existe diferença importante entre os sujeitos investigados no tocante à compreensão do significado de lucro.

Em relação aos indivíduos que estão culturalmente mais afastados do universo contábil, não se pode exigir uma elasticidade mental capaz de abrigar múltiplas concepções de lucro. Em razão de experiências individuais construídas no mundo dos negócios ou até mesmo em função do seu background educacional, é compreensível que o “homem comum” se sinta mais confortável com uma versão conservadora do significado de lucro. Em princípio, nenhum problema quanto a isso, até porque as consequências de eventuais erros cometidos em decisões baseadas nesse tipo de métrica ficam restritas ao campo pessoal.

Entretanto, a mesma coisa não pode ser dita em relação ao público versado em Contabilidade, até porque normalmente este busca servir ao mundo corporativo. De um indivíduo que tenha sido exposto a uma literatura que aborde as diversas concepções de lucro e as múltiplas possibilidades de mensurar os componentes patrimoniais, espera-se uma visão mais ampla. Não se pode admitir, por exemplo, que o egresso do curso de Ciências Contábeis não consiga reconhecer que diferentes propósitos gerenciais podem demandar a aplicação de conceitos de lucro diferenciados. Ceder à tentação de operar com um único conceito de lucro, ainda mais se ele estiver atrelado à ideia do custo histórico, equivale a minimizar o potencial informativo da Contabilidade e fechar-se às múltiplas oportunidades do mercado. Para ficar em um único exemplo, o indivíduo que não consiga compreender o lucro senão como diferença entre receitas e custos expirados certamente terá dificuldades de prestar apoio a um investidor cujo interesse maior normalmente está relacionado com o valor futuro de seu patrimônio.

Considerando que a maioria dos países, incluindo o Brasil, em função da adoção dos IFRS, já caminha para uma contabilidade a valor justo, com base no mercado, talvez seja interessante discutir com mais ênfase, nos cursos de Ciências Contábeis, conceitos econômicos como base de valor. Os resultados documentados nesta pesquisa lançam uma luz importante sobre essa questão, pois sugerem que a concepção do custo histórico como base de valor faz parte do arquétipo das pessoas, independentemente do nível de conhecimento contábil. Por isso, futuras pesquisas poderiam ser empreendidas para investigar se o nível de compreensão sobre o lucro e outros conceitos contábeis difere antes e depois da adoção obrigatória dos IFRS pelo Brasil.

Os resultados desta pesquisa devem soar como um alerta para quem tem a responsabilidade de deliberar sobre projetos pedagógicos e diretrizes curriculares pertinentes ao curso de Ciências Contábeis. Os pressupostos da teoria da Percepção nos autorizam a prever que se o aluno for estimulado a valorizar determinada concepção de lucro em detrimento de outras na fase inicial de sua formação acadêmica, no futuro poderá ter dificuldade de compreender e aplicar outros conceitos relevantes para determinadas camadas de usuários da Contabilidade.

Referências

- Alzeban, A. (2016). Factors influencing adoption of the international financial reporting standards (IFRS) in accounting education. *Journal of International Education in Business*, Vol. 9(1) , pp. 2-16. doi.org/10.1108/JIEB-10-2015-0023.
- Beckman, Judy K. and Michel, Mary L. and Munter, Paul and Kaiser Venuti, Elizabeth. (2017). Progress Despite Uncertainty: Results of the AAA/KPMG Survey on Implementation of IFRS into U.S. Accounting Curricula (October 24, 2017). Available at SSRN. doi.org/10.2139/ssrn.3058275.
- Bakhtin, Mikhail. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de M. Lahud e Y. F. Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec.
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge University Press, Londres. Pp. 11-11. Recuperado de http://nwkpsych.rutgers.edu/~jose/courses/578_mem_learn/2012/readings/Bartlett_1932.pdf
- Belkaoui, Ahmed Riahi (2004). *Accounting theory*. (5 ed.) London, United Kingdom Cengage Learning EMEA.
- Berlo, David K. (1999). *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*; tradução Jorge Arnaldo Fontes. (9. ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Callaghan, C. and Papageorgiou, E. (2015), “Gender differences in locus of control and student performance in the South African context of accounting studies”, *Meditari Accountancy Research*, Vol. 23 No. 3, pp. 348-368. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2014-0018>

- Carvalho, L. N., & Salotti, B. M. (2013). Adoption of IFRS in Brazil and the consequences to accounting education. *Issues in Accounting Education*, 28(2), 235–242. doi:10.2308/iace-50373.
- Coelho Netto, J. T. *Semiótica, informação e comunicação*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
- Dechow, Patricia M. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: the role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 18(1) pp.3-42. doi.org/10.1016/0165-4101(94)90016-7
- Demerjian, P., B. Lev, M. Lewis, and S. McVay. (2013). Managerial ability and earnings quality. *The Accounting Review*, 88(2) pp. 463–498. doi: 10.2308/accr-50318
- Demski, J. S. *Managerial Uses of Accounting Information*, 2ed. Springer Science+Business Media, LLC, 2008.
- ong, Nanyan & Bai, Meng & Zhang, He & Zhang, Junrui. (2019). Approaches to learning IFRS by Chinese accounting students. *Journal of Accounting Education*, Elsevier, 48(C), pp.1-11. doi: 10.1016/j.jaccedu.2019.04.002
- Eames, M., Luttman, S., & Parker, S. (2018). Accelerated vs. traditional accounting education and CPA exam performance. *Journal of Accounting Education*, 44, pp.1-13. doi.org/10.1016/j.jaccedu.2018.04.004.
- Elliott, B. and Elliott, J. (2001). *Financial Accounting and Reporting*, 14th ed. Pearson, 2011.
- Feldman, Robert S. (2015). *Introdução à Psicologia*. tradução: Daniel Bueno, Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Maria Lucia Tiellet Nunes. (10.ed.), Porto Alegre: AMGH.
- Ferdinand A. Gul, Mehdi Khedmati, Edwin KiaYang Lim, and Farshid Navissi. (2018). Managerial Ability, Financial Distress, and Audit Fees. *Accounting Horizons*, vol. 32, No. 1, pp. 29-51. doi/10.2308/acch-5188.
- Fisher, Irving. (1930). *The Theory of Interest: As determined by impatience to spend income and opportunity of invest it*. 1(8) pp. 1-566. NY: The Macmillan Company.
- García-Meca, E., & García-Sánchez, I.-M. (2018). Does managerial ability influence the quality of financial reporting? *European Management Journal*, 36(4), pp.544–557. doi:10.1016/j.emj.2017.07.010.
- Guerreiro, Reinaldo. (1989). *Modelo Conceitual de sistemas de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. Recuperado de <https://scholar.google.com.br/citations?user=bNwgid0AAAAJ&hl=pt-BR>
- Hendriksen, Eldon S. e Breda, Michael F. Van. (1999). *Teoria da contabilidade*. Tradução de Antônio Zorrato Sanvicente. (5 ed.), São Paulo: Atlas.
- Hicks, John Richard. (1946). *Value and capital, an inquiry into some fundamental principles of economic theory*. (2 ed.), Oxford At The Clarendon Press.
- Holthausen, Robert W. & Watts, Ross. (2001). The relevance of the value-relevance literature for financial reporting standard setting. *Journal of Accounting & Economics*, 31(1-3), pp. 3-75. doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00029-5
- Hopp, J. C.; Leite, H. P. (1988, outubro/dezembro). O crepúsculo do lucro contábil. *Revista de Administração de Empresas*, 28 (4) pp. 55-63.
- Jaedick, Robert Keith e Sprouse, Robert T. (1972). *Fluxos contábeis: rendas, fundos e capital*. Tradução de José Bonifácio da Cruz, revisão e adaptações técnicas do Prof. Celso Abano Costa. São Paulo: Atlas.
- Kida, T. E., & Hicks, D. W. (1982). Economic versus Accounting Income: The Impact of Education on Students' Concepts. *The Journal of Economic Education*, 13(2), 40. doi:10.2307/1182618

- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, (vol.31), pp. 105-231. Kreitzman, K. and Williams, M. A. (2008). Estimating Market Power with Economic Profits, *SSRN eLibrary*. doi.org/10.2139/ssrn.1167823.
- Krishnan, G., and C. Wang. 2015. The relation between managerial ability and audit fees and going concern opinions. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34 (3) pp. 139-160. doi:10.2308/ajpt-50985.
- Lee, C. M. C. (1999). Accounting-Based Valuation: Impact on Business Practices and Research. *Accounting Horizons*, 13(4), pp. 413-425. doi:10.2308/acch.1999.13.4.413.
- Lev, B. (1989). On the Usefulness of Earnings and Earnings Research: Lessons and Directions from Two Decades of Empirical Research. *Journal of Accounting Research*, (vol.27), pp.153-192. doi:10.2307/2491070.
- Lewis, Richard; Pendrill, David. (2004). *Advanced financial accounting*. (7^a. ed.) Glasgow: Financial Times Prentice Hall imprint.
- Liang, L., & Riedl, E. J. (2014). The Effect of Fair Value versus Historical Cost Reporting Model on Analyst Forecast Accuracy. *The Accounting Review*, 89(3), pp. 1151-1177. doi:10.2308/accr-50687.
- Magni, C. A. Economic profit, NPV, and CAPM: biases and violations of Modigliani and Miller's proposition I. *The ICAI Journal of Applied Finance*, n. 14, issue 10, p. 59-72, October/2008. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1075462>
- Martí-Ballester, Carmen. (2019). Factors that Influence Academic Performance: Analyzing Gender Differences in Accounting Students. *Revista Educación*. 43(2), pp. 31-48 doi:10.15517/revedu.v43i2.28916.
- Mendes, A. C. A., Lunkes, R. J., Menegazzo, G. D., Schnorrenberger, D., & Lavarda, C. E. F. (2019). Características Observáveis dos Gestores e a Utilização da Informação Contábil: Um Estudo com Base na Teoria dos Escalões Superiores. *Enfoque Reflexão Contábil*, 38(1), pp.67-84. doi:10.4025/enfoque.v38i1.39192.
- Most, Kenneth. *Accounting theory*. (1982). Ohio: Grid. Inc.
- Myers, J., M. Franklin, G. Lepak, and J. Graham. (2018). The impact of gender and cognitive information processing models on CPA exam pass rates: A call for research. *Journal of Business and Educational Leadership*, 7 (1) pp. 59-71. Recuperado de <http://asbbs.org/files/2018/JBEL7.1.pdf#page=59>
- Nouri, H. and Domingo, M. (2019), "Gender and Performance in Accounting Courses During and After Shock Periods", Calderon, T. (Ed.) *Advances in Accounting Education: Teaching and Curriculum Innovations*. *Advances in Accounting Education*, (vol. 23), pp. 47-66 Emerald Publishing Limited, . doi.org/10.1108/S1085-462220190000023003.
- Ogden, C. K., Richards, I. A. (1938). *The meaning of meaning*. (5^a ed.). New York: Harcourt, Brace and Co.
- Papageorgis, D. (1963). Bartlett Effect and Persistence of Induced Opinion Change. *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 67(1), pp. 61-67. doi <https://doi.org/10.1037/h0043251>
- Peirce, Charles S. (1999). *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. (3^aed.) São Paulo: Editora Perspectiva.
- Ryack, Kenneth N., Mastilak, M. C., Hodgdon, Christopher D., and Allen, Joyce S. (2015). Concepts-Based Education in a Rules-Based World: A Challenge for Accounting Educators. *Issues in Accounting Education*, 30(4), pp. 251-274. doi.org/10.2308/iace-51162.
- Ryan, J. (2008). The Relationship Between Accounting Profit and Economic Income. *Australian Accounting Review*, 17(43), pp. 33-46. doi:10.1111/j.1835-2561.2007.tb00334.x .
- Santaella, Lucia. (1998). *A percepção: uma teoria semiótica*. (2^aed.) São Paulo: Editora Experimento.
- Scapens, R.W. (1981). *Accounting in na Inflationary Enviroment*, Macmillan Education, UK.

- Schipper, K., and L. Vincent. (2003). "Earnings Quality", *Accounting Horizons* 17(Supplement), pp.97-100 <https://doi.org/10.2308/acch.2003.17.s-1.97>
- Schroeder, Richard G; Myrtle, W. Clark; Jack, M. Cathey. (2001). *Financial accounting theory and analysis: text readings and cases*. (7^a ed.) New York: John Wiley & Sons.
- Solomons, David. (1961). Economic and Accounting Concepts of Income. *The Accounting Review*, 36 (3), pp. 681-698.
- Sterling, Robert R. (1979). *Theory of the measurement of enterprise income*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Trinkle, B., J. Scheiner, A. Baldwin, and G. Krull. (2016). Gender and other determinants of CPA exam success: A survival analysis. *The Accounting Educators' Journal*, 26, pp. 101-118. Recuperado de https://pdfs.semanticscholar.org/fc26/21734c09ab5f4157e150cd370f82b815694a.pdf?_ga=2.123639368.217841734.1581106557-401073071.1581106557
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*, 17(3), pp. 207–221. doi:10.2308/acch.2003.17.3.207.
- Zeff, Stephen A.; Keller, Thomas F. (1973). *Financial accounting theory I: issues and controversies*. (2^a ed.) New York: McGraw-Hill.